

OIKOS σ

Revista de economia heterodoxa

nº 9, ano VII • 2008

ISSN 1808-0235



Fundação Universitária
José Bonifácio



CCJE/UFRJ



UFRJ

ie.

Algumas propostas para o estudo das esquerdas sul-americanas contemporâneas

FABRICIO PEREIRA | fabriciopsilva@uol.com.br

Doutorando em Ciência Política no IUPERJ e assistente de pesquisa no Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL).

Introdução

Apresento neste trabalho algumas chaves analíticas que, creio, podem ajudar a compreender a trajetória de partidos de esquerda sul-americanos que chegaram ao poder em eleições recentes. Refiro-me nas próximas páginas especificamente ao Partido Socialista (PSCh) no Chile, ao Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil, à Frente Ampla (FA) no Uruguai e ao Movimento ao Socialismo (MAS) na Bolívia. O objetivo é compreender o caminho trilhado por essas organizações até o poder, com ênfase nas transformações adaptativas pelas quais passaram até esse momento decisivo – deixando de lado, por razões metodológicas e físicas, o período inconcluso em que essas organizações passaram a atuar como partidos governistas. A intenção é abordar, através de casos representativos, diversos aspectos das esquerdas contemporâneas sul-americanas – em especial sua relação adaptativa às novas democracias da região.

Uma delimitação temporal razoável para estudar esse fenômeno vai da virada dos anos 1980 para os anos 1990 até o momento da chegada ao poder entre 2000 e 2005 – respeitando-se as particularidades de cada caso. O marco inicial escolhido reúne algumas viragens importantes, tanto mundiais quanto regionais: a desintegração do chamado “socialismo real”; o fortalecimento da alternativa neoliberal, como resposta especialmente à crise do desenvolvimentismo, dominante

nos países estudados na quadra histórica anterior; momentos-chave do processo de transição democrática regional. Nesse período as organizações estudadas se colocam mais claramente como alternativas de poder dentro dos limites democráticos. O marco final será o momento em que tais forças políticas se tornaram vitoriosas em eleições nacionais.

Tal ascensão a governos nacionais, por meios legais, de organizações que se definem como de esquerda ou centro-esquerda, se configura como um fato extremamente incomum na história dos países sul-americanos (e da América Latina como um todo). Seria desnecessário recordar as inúmeras convulsões sociais que assolaram a região ao longo do século XX em nome das esquerdas, ou do combate a elas, bem como as dificuldades das mesmas esquerdas em se integrar aos sistemas políticos e à disputa democrática. Caberia perguntar o que mudou, se essas sociedades ou as suas esquerdas. Naturalmente ambas, e a intenção aqui será, tomando como pressupostos as transformações vividas pela região na última quadra histórica, centrar o foco nas organizações já referidas, buscando compreender como elas reagiram a tais transformações e como elas se integraram aos seus sistemas políticos e se voltaram para a disputa eleitoral – condições prévias para suas vitórias.

Devo chamar atenção para o fato de que esse trabalho é parte de uma pesquisa em andamento, e assim, mais que resultados conclusivos, são aqui desenvolvidos questionamentos e hipóteses que estão ainda em elaboração. Somente a conclusão de pesquisas empíricas em andamento poderá confirmar as idéias aqui apresentadas – que por enquanto são apenas propostas, como indicado no título.

Por fim, devo comentar que o enfoque proposto neste trabalho não abrange todas as experiências consideradas de esquerda que estão se desenvolvendo contemporaneamente no subcontinente. É difícil tratar da chegada de forças de esquerda sul-americanas ao poder na era neoliberal sem mencionar o fenômeno do chavismo. No entanto, é igualmente problemático incorporar este caso em meio a uma análise de partidos que seguiram uma trajetória de acumulação de forças e metamorfoses ao longo de um período razoavelmente longo que culminou na chegada ao governo – que é do que trato neste trabalho. Os mesmos argumentos podem ser usados em relação às meteóricas ascensões de Rafael Correa no Equador em 2006 e de Fernando Lugo no Paraguai em 2008, igualmente associados às esquerdas contemporâneas da região. Os movimentos eminentemente eleitorais e inorgânicos (ao menos até o momento da chegada ao poder) que os sustentam não serão considerados nas páginas que seguem, pelos motivos expostos – ainda que algumas das propostas e hipóteses apresentadas possam se adequar a essas experiências momentaneamente deixadas

de lado. Em suma, trato aqui de partidos¹ com uma trajetória adaptativa que permita compará-los, e deixo de lado movimentos eleitorais formados a princípio com caráter originalmente efêmero para sustentar projetos de lideranças individuais.

A seguir, apresento uma contextualização do período estudado enfocando os fatores que em minha concepção são determinantes para entender a trajetória recente das esquerdas sul-americanas. Depois faço breves comentários acerca de cada caso estudado. Por fim, delimito com maior precisão a questão central do trabalho e as hipóteses propostas para respondê-la.

Crises e transições

As forças políticas analisadas foram marcadas em maior ou menor intensidade por três movimentos sócio-históricos que se combinaram nas últimas décadas: crise do “socialismo real” e do pensamento marxista; crise do desenvolvimento e ascensão do neoliberalismo; e o processo de redemocratização na região. Esses três movimentos forneceram à experiência das forças políticas estudadas um contexto comum (portanto comparável) e em grande parte desfavorável, no qual realizaram sua ascensão.

De maneira geral, a perda de representatividade social das esquerdas foi notável nas últimas décadas. Onde essas forças puderam disputar eleições, a perda de substância eleitoral também se fez sentir. Tal situação não se restringiu à dramática derrocada do chamado “socialismo real”, que teve seus momentos decisivos entre os anos de 1989 e 1991, mas a uma profunda crise do pensamento marxista – até então o principal referencial teórico no campo das esquerdas. Mais que isso: o que se viu nas últimas décadas não foi apenas uma crise do marxismo, mas o refluxo das utopias e das apostas no futuro. Houve um abalo de qualquer ideário que propusesse alternati-

1 Assumo a definição de Juan Abal Medina: “Un partido político es una institución, con una organización que pretende ser duradera y estable, que busca explícitamente influir en el Estado, generalmente tratando de ubicar a sus representantes reconocidos en posiciones del gobierno, a través de la competencia electoral o procurando algún otro tipo de sustento popular” (CAVAROZZI, MEDINA, 2002, p.38). Trata-se de um conceito amplo – mas não o suficiente para confundir, por exemplo, partidos com movimentos sociais *strictu sensu*. Definições mais fluidas e adaptadas à realidade que estudo me são fundamentais, por três motivos: algumas formulações desse campo de estudos nunca estiveram adaptadas à realidade sul-americana; analiso partidos de esquerda e centro-esquerda que assumiram formas organizacionais que diferem tanto do modelo clássico “de massas” quanto do modelo “leninista” adotado pelas organizações comunistas; e finalmente, em alguns casos trato de fato de formas menos rígidas como “partidos-frente” e “partidos-movimento” – que, no entanto, se integram a essa pesquisa porque exercem o papel de partidos efetivos em seus respectivos sistemas partidários.

vas, o que configurou por alguns anos a sensação de que havia um “pensamento único”. Não se deu apenas uma crise do “socialismo real”, mas de qualquer força política ou governo que pusesse sua ênfase, mesmo que de forma diluída, na redistribuição de riquezas ou na igualdade. O próprio conceito de “esquerda” teve seu significado questionado², configurando uma “crise geral” das esquerdas, e de todas elas, pois tal crise não atingiu apenas os movimentos e organizações relacionadas diretamente às experiências do “socialismo real”, mas confirmou e amplificou a dificuldade que começava a assolar também a social-democracia e as experiências de Estados de bem-estar social.

Um instrumento central de reformas nessa direção ao longo de boa parte do século XX havia sido o Estado – especialmente em sua forma de “bem-estar social” consagrada na Europa do pós-Segunda Guerra Mundial pela social-democracia. Nesse sentido, é notável a relação entre essa crise e a contestação tanto do modelo social-democrata quanto do desenvolvimentismo latino-americano. De fato, ao menos desde os anos 1970 se notou uma crise geral de diversas formas de organização mais ou menos “Estado-cêntricas”, crise que vêm sendo respondida até aqui pela alternativa neoliberal, calcada no “novo auge ideológico internacional: a chamada ‘crise das democracias’ e o auge das doutrinas neoconservadoras” (BORON, 2002, p.19). A partir de então, o Estado deveria abrir mão de sua capacidade de intervenção, tornando-se uma espécie de “gerente” especialmente das contas públicas, enquanto as forças de mercado atuando “em liberdade” propiciariam a retomada de um ciclo de crescimento econômico.

Tal crise foi especialmente sentida na América Latina (em especial nos últimos anos da década de 1970 e primeiros da década de 1980), região na qual o desenvolvimentismo havia sido fundamental para a consolidação da organização capitalista (ainda que periférica num contexto global) nesses países. A resposta à crise foi intensa, através da redução dos subsídios e das próprias dimensões do Estado em crise e desmoralizado; da liberalização comercial e abertura ao capital financeiro e investimentos internacionais em expansão num contexto de globalização e descentralização produtiva; e da redução e focalização dos investimentos sociais em meio a uma expansão do desemprego e das formas de trabalho informais e a uma pulverização e

2 Naturalmente aceito e defendo a atualidade da definição. Quando utilizo o termo, tenho em mente a distinção de Norberto Bobbio, que defende que “o elemento que melhor caracteriza as doutrinas e os movimentos que se chamam de ‘esquerda’, e como tais têm sido reconhecidos, é o igualitarismo, (...) não como uma utopia de uma sociedade em que todos são iguais em tudo, mas como tendência, de um lado, a exaltar mais o que faz os homens iguais do que o que os faz desiguais, e de outro, em termos práticos, a favorecer as políticas que objetivam tornar mais iguais os desiguais” (BOBBIO, 1995, p.110). Bobbio é absolutamente sintético e, seguindo sua definição, todas as forças políticas aqui estudadas podem ser consideradas de esquerda.

renovação identitária. O chamado *modelo neoliberal* foi imposto com maior ou menor intensidade a toda a região principalmente ao longo dos anos 1980 e 1990, e experimentalmente ele próprio sinais de esgotamento em anos mais recentes – afora os enormes e injustificáveis custos sociais envolvidos desde o início de sua implantação.

Evidentemente, esse esgotamento do caminho de desenvolvimento dependente calcado em boa parte na ação estatal tem relação direta com a reestruturação produtiva vivenciada pelo capitalismo nas últimas décadas, passando, de maneira mais ampla, pela superação da “modernidade organizada” (nos dizeres de Peter Wagner) caracterizada pela centralidade estatal, pela hierarquização e centralização dos meios de produção capitalista e pela democracia de massas (e partidos de massas). Trata-se de tema ao qual se dedica vastíssima literatura, e que evidentemente não pode ser tratado nas dimensões desse trabalho³.

Na América Latina, a ascensão do modelo neoliberal coincidiu com os momentos decisivos da redemocratização, e a consolidação das novas democracias teve que se dar sob o signo desse pensamento. Essa combinação produziu fenômenos de difícil resolução para as nascentes democracias da região. Não somente os partidos de esquerda, mas todo o espectro político perdeu no processo altas doses de legitimidade e representatividade, na esteira da pulverização de velhas formas de sociabilidade e organização associadas à fase anterior do capitalismo. Produziu-se um paradoxo que consiste na consolidação da democracia enquanto “está em peligro la política” (CAVAROZZI, CASULLO, 2002, p.10): “El eje competitivo entre los actores de la élite y los partidos obreristas alrededor de un modelo de desarrollo alternativo, ha perdido mucho de su significado en una era de consenso ideológico, convergencia organizacional, fragmentación social y profesionalización política” (ROBERTS, 2002, p.74).

Nesse contexto de avanço democrático e ao mesmo tempo de crise de paradigmas, a questão democrática assumiu para a maioria das esquerdas da região um papel central – fato inédito até então. A defesa da democracia – em especial em seus aspectos “representativos” – em diversos momentos foi problemática para as esquerdas. Particularmente para a esquerda latino-americana, a democracia nunca foi uma questão bem resolvida: ao mesmo tempo em que ela sofreu com as ditaduras da região, só recentemente passou a colocar o tema entre suas preocupações centrais. Nesse processo, um fator decisivo foi que, “longe de constituir um agente marginal ou anti-sistema, o setor majoritário das mesmas foi ator relevante no processo de

3 A discussão acerca das mudanças (ou da superação) da modernidade é vastíssima, como se sabe. Para um bom começo, cito como referências: BOLTANSKI, CHIAPELLO, 2002; GIDDENS, 1991; e WAGNER, 2004.

construção das novas democracias. A opção pela integração institucional implicou mudanças relevantes dentro das esquerdas e sobre os processos políticos” (SERNA, 2004, p.29) – aí incluída a diluição em diferentes níveis do caráter classista de parte das esquerdas. Com movimentos como esse teria se dado uma integração das esquerdas à disputa democrática, “uma recomposição da relação das esquerdas em democracia devido à confluência de um duplo percurso histórico. De um lado, uma nova fase de democratização que conferiu maiores possibilidades de participação das esquerdas e, de outro lado, a ocorrência de transformações internas no campo ideológico das esquerdas que revalorizou a democracia como meio e fim da ação política” (SERNA, 2004, p.221). A maioria das esquerdas da região (não somente seus representantes “novos”) realizou ao menos em parte esse movimento adaptativo.

Os casos nacionais

Apesar da crise que se coloca em diferentes níveis para as esquerdas, as organizações estudadas souberam de alguma maneira processá-la. São forças políticas novas (às vezes com ligação significativa com movimentos sociais organizados) ou antigas correntes esquerdistas renovadas (comunistas, guerrilheiros, populistas de esquerda), que integram de alguma forma “uma espécie de terceira onda, uma terceira geração de esquerda que, em certa medida, contém alguns elementos estruturantes (...) pós-comunistas e pós-socialdemocratas” (GARCIA, 2005, p.65). Lograram assumir um papel relevante em suas sociedades – conquistado recentemente e ainda pouco estudado pela produção acadêmica, especialmente numa perspectiva comparada.

Cada caso nacional apresenta suas especificidades e suas diversas inserções nos sistemas partidários dos quais fazem parte. Essas especificidades nacionais são importantes para compreender como cada uma dessas forças reagiu e se adaptou às “mudanças de época” e desenhou suas estratégias próprias de ascensão. Em última instância, são importantes para explicar a razão dos diferentes matizes e intensidades com os quais as hipóteses apresentadas neste trabalho se manifestaram em cada caso. No entanto, essa dimensão será desenvolvida em futuros trabalhos. Apresento a seguir resumidamente alguns aspectos da conjuntura nacional e das trajetórias próprias de cada agremiação, somente para chamar atenção para a sua importância e para a necessidade de incorporá-las à análise.

PSCh

No Chile, desde a inauguração da nova fase democrática em 1989 as esquerdas ocupam espaços no poder central como parte integrante da Concertação de Partidos pela Democracia. A Concertação foi construída ao longo dos momentos decisivos da redemocratização chilena, como alternativa às forças identificadas com a ditadura. Reúne basicamente o Partido Demócrata Cristão, o Partido pela Democracia, o PSCh e os herdeiros do tradicional radicalismo chileno agrupados agora no Partido Radical Social Democrata. Mantém-se (perdendo o apoio de apenas alguns pequenos partidos como o Humanista) até os dias de hoje.

O PSCh, único partido entre os estudados aqui a ter chegado ao poder anteriormente – na paradigmática experiência de Salvador Allende –, após passar por uma fragmentação organizacional ao longo da ditadura militar, iniciou sua reorganização na virada de 1989 para 1990 (dias após a eleição do primeiro presidente civil depois do período ditatorial, o democrata-cristão Patricio Aylwin pela Concertação), com a unificação, grosso modo, dos dois setores nos quais o partido havia se dividido organicamente, acrescidos pelas organizações Movimento de Ação Popular Unitária (MAPU) e Esquerda Cristã, dissidências de esquerda da tradição democrata cristã que vinham desde o período anterior ao golpe. Em 2000 foi eleito pela primeira vez depois da experiência de Salvador Allende um presidente socialista, Ricardo Lagos (ainda nos moldes da Concertação), que elegeu em 2006 sua sucessora, a também socialista Michelle Bachelet.

Portanto, uma das particularidades do caso chileno é que o ator estudado já se reorganiza como integrante secundário de uma ampla coalizão governista, conseguindo mais tarde assumir um papel central entre as forças da Concertação – que se coloca num contexto de pluripartidarismo bipolarizado, em oposição à direita chilena. Outra particularidade é que o PSCh não foge aos limites da transição conservadora que se deu no Chile. Devido ao relativamente grande poder que os militares e a direita política mantinham na transição, foram impostas diversas limitações institucionais. Fenômeno semelhante se deu no campo econômico. O Chile, provavelmente por ter sido o país a iniciar mais cedo e de forma mais completa a guinada à concepção neoliberal (e por sua transição democrática ter se dado numa conjuntura de crescimento econômico), apresenta ao longo do período democrático algo próximo de uma “unanimidade” (entre os partidos que conseguem representatividade parlamentar) em torno de alguns dos aspectos essenciais das concepções econômicas herdadas da ditadura. O PSCh não foge, em última instância, à regra. No entanto, trata-se de um exercício interessante observar

até que ponto o partido se diferencia, matizando tais posições – em geral pela defesa de compensações, investimentos sociais e a ênfase no “crescimento com igualdade”.

PT

Fundado em 1980, o PT é caracterizado pela literatura especializada (e por si mesmo) como uma experiência em diversos aspectos *nova* nas esquerdas brasileiras, por sua estruturação em tendências, recusa à associação com experiências do “socialismo real” e ao marxismo enquanto doutrina oficial, entre outras razões. O PT em boa parte representou setores sociais modernos como o chamado *novo sindicalismo*⁴ – além de setores católicos progressistas ligados à Teologia da Libertação e às Comunidades Eclesiais de Base, intelectuais, parlamentares do Movimento Democrático Brasileiro e por fim ex-militantes guerrilheiros, críticos à tradição comunista até então poderosa nas esquerdas brasileiras.

O partido assumiu ao longo dos anos 1980 um papel majoritário no campo das esquerdas e no interior da maioria dos movimentos sociais progressistas. Nas eleições de 1989 se colocou como alternativa real para a conquista do poder central através da primeira candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva. Consolidou nesse momento sua posição de pólo de esquerda num espectro partidário extremamente pulverizado – colaborando de alguma forma com sua melhor definição e equilíbrio. Em sua quarta candidatura presidencial, apoiada por um arco de alianças que foi desde a esquerda do espectro político até a centro-direita, Lula finalmente foi eleito presidente em 2002, e reeleito em 2006. Ao longo de todo esse período, o PT passou por um processo de institucionalização e centralização, no qual deixou pelo caminho suas características originais majoritariamente de “partido-movimento”.

FA

Organizada desde 1971, a FA reúne desde comunistas até social-democratas – basicamente (com algumas cisões ao longo do tempo, como a de setores

4 Oriundo dos novos setores produtivos configurados nas décadas anteriores pela modernização conservadora, autodefinidos como novos pela “origem e centro no setor moderno da economia, autonomia diante dos partidos e do Estado, organização voltada à base e ímpeto reivindicativo direcionado para o interesse dos trabalhadores. Mais do que representar uma etapa do processo organizativo e de luta dos trabalhadores em nosso país, este sindicalismo seria uma ruptura com as práticas estabelecidas no passado. Não um passado genérico, mas principalmente aquele do período 1945-1964” (SANTANA, 2003, nota 9, pág. 309).

social-democratas em 1989) o Partido Socialista, o Partido Comunista, o Partido da Democracia Cristã, alguns grupos moderados que foram se reorganizando ao longo do tempo e mais de uma dezena de agrupamentos radicais (sendo o mais importante o Movimento de Libertação Nacional, tupamaros, cada vez menos radical de fato). A FA desde o princípio minou o tradicional bipartidarismo entre blancos e colorados.

Em 1989, o médico socialista Tabaré Vázquez se elegeu intendente de Montevidéu. Foi candidato da FA à Presidência da República em 1994, 1999 e 2004, quando Vázquez conquistou o cargo em primeiro turno. Dada a configuração do sistema partidário uruguaio, baseada em três partidos com crescente bipolaridade entre esquerda e direita, a FA teve que recorrer a um alargamento de suas dimensões e bases sociais, bem como à atração para o seu seio de dissidências dos partidos tradicionais, além de agrupamentos menores de centro-esquerda. Nesse processo passou de “frente de partidos” a “partido-frente”, enfatizou sua inserção às tradições nacionais uruguaias, desenvolveu uma identidade própria, moderou seu discurso, entre outras metamorfoses. Expandiu seu eleitorado de centro sem perder seu predomínio quase absoluto na esquerda uruguaia.

MAS

O MAS, que tem suas origens mais remotas na formação das federações sindicais de *cocaleros* do departamento de Cochabamba, partes integrantes da Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia, que permitiu a autonomização do sindicalismo camponês e indígena em relação ao tradicional movimento sindical boliviano – representado pela Central Operária Boliviana. As cinco federações lideradas pelo agricultor aymara Evo Morales Ayma, num primeiro movimento de construção de um “instrumento político” para uma atuação mais eleitoral e institucionalizada, formaram em 1995 a Assembléia pela Soberania dos Povos. Ela não foi aceita pela Corte Nacional Eleitoral (CNE), o que obrigou seus integrantes a participar de eleições no interior da aliança Esquerda Unida. Em 1997 houve uma mudança de nome para Instrumento Político pela Soberania dos Povos (IPSP), e com mais uma recusa de reconhecimento por parte da CNE, deu-se em 1998 a apropriação por parte dos setores majoritários do IPSP liderados por Morales de uma antiga sigla de esquerda que integrava a Esquerda Unida, o Movimento ao Socialismo (MAS) – renomeado oficialmente a partir de então MAS-IPSP.

O MAS tem a especificidade de se organizar a partir das assembléias e federações de *cocaleros*, portanto é explicitamente um instrumento dos movimentos sociais na

política. É assim a organização mais próxima da “esquerda social” que será analisada neste trabalho. Tem a especificidade também de ser o ápice no processo de síntese do classismo (tradicionalmente central para as esquerdas) com o nacionalismo indígena. Também o foi no processo de autonomização política e identitária de camponeses e indígenas em relação às estruturas sindicais e partidárias tradicionais das esquerdas bolivianas (dominantes ao menos até o final dos anos 1970⁵) – bem como à tradição do “nacionalismo revolucionário” que remonta à Revolução de 1952, liderada pelo *Movimento Nacionalista Revolucionário* (MNR). Rapidamente o MAS assumiu primazia tanto nos movimentos indígenas organizados quanto nas esquerdas como um todo. Isso se deu decididamente em 2002, quando Morales chegou ao segundo lugar nas eleições presidenciais, e foi confirmado em 2004 quando o MAS tornou-se o partido mais votado nas eleições municipais e em 2005 quando Morales foi eleito Presidente da República.

Questão colocada e linhas explicativas propostas

Minha intenção é compreender como organizações de esquerda ou centro-esquerda sul-americanas puderam se fortalecer e chegar a governos nacionais num período de profunda crise de seus paradigmas e de forte implantação do neoliberalismo. É rara na história dos países sul-americanos a relevância assumida por essas forças de esquerda ou centro-esquerda, conseguindo, através de eleições livres, a ocupação de espaços tão significativos do poder nacional. Isso se deu em um contexto de rápidas transformações, a maioria em tese desfavorável às esquerdas: a derrocada do “socialismo real” e a crise do marxismo; o questionamento do modelo desenvolvimentista e a ascensão do neoliberalismo. Por outro lado, um processo favoreceu as esquerdas, ou ao menos as que souberam de alguma maneira reconhecê-lo e adaptar-se a ele: a democratização da região.

A chave para responder a questão posta passa pela compreensão de como as forças políticas analisadas se relacionaram e se adaptaram a essas transformações – sabendo enfrentar as mudanças potencialmente desfavoráveis e obter proveito da potencialmente favorável. Nessa perspectiva, apresento a seguir quatro hipóteses de trabalho

5 Digo que o MAS foi o ápice nesse processo porque não se pode esquecer a atuação dos sindicatos e partidos ligados ao movimento *katarista* – *aymara* e originário do Altiplano boliviano. Essa corrente, liderada por Felipe Quispe, se mantém ativa até os dias de hoje.

que permitiriam explicar a contento o fenômeno estudado. Cumulativamente, creio que ajudam a compreender como essas forças políticas conseguiram adaptar-se às novas condições enfrentadas e inserir-se (com sucesso) em seus respectivos sistemas partidários – chegando finalmente a posições centrais de governo. Podem-se tomar esses fatores como os pontos de contato e de comparação entre os casos nacionais – permitindo assim uma compreensão mais geral das esquerdas sul-americanas contemporâneas.

No quadro abaixo, apresento esquematicamente as quatro hipóteses e fatores relacionados a elas. A seguir, trato mais detidamente de cada uma delas, e adianto como alguns traços das forças políticas estudadas poderão ser relacionados a elas.

HIPÓTESES	FATORES RELACIONADOS
Independência teórica em relação ao “socialismo real” e ao marxismo: diluição da identidade classista	<ul style="list-style-type: none"> - forças políticas caracterizadas pela independência, pluralidade e heterodoxia; - aumento da independência em relação a referentes “internacionais”, avanço no processo de nacionalização das tradições esquerdistas latino-americanas; - diluição da identidade classista tradicional nas esquerdas.
Estruturas organizacionais mais fluidas	<ul style="list-style-type: none"> - diversidade em relação à forma-partido de massas e à forma-partido leninista; - estruturas mais adaptáveis às novas formas sociais em gestação.
Democracia (representativa) na ordem do dia	<ul style="list-style-type: none"> - compreensão positiva da democracia em seus aspectos representativos; - aumento da relevância parlamentar; - participação em governos locais; - possibilidade da combinação com concepções de democracia direta – favorecida pela relação com movimentos sociais e realização de experiências participativas no poder local.
Alternativas ao neoliberalismo, adaptações do neoliberalismo	<ul style="list-style-type: none"> - posicionamento como forças “alternativas” e “progressistas”, chegada ao poder como depositárias de um desejo por “mudanças”; - combinações de sensibilidade social, relação com setores organizados progressistas da sociedade civil, “novidade” e “reserva moral” e “ética”: relação orgânica com a esquerda social favoreceria posição mais alternativa em relação ao neoliberalismo.

Independência teórica em relação ao “socialismo real” e ao marxismo: diluição da identidade classista

Destaco a relativa independência dessas organizações em relação tanto às experiências do “socialismo real” quanto ao ideário marxista como referencia teórica “oficial”. Nesse sentido, pode-se afirmar que elas teriam ampliado sua autonomia em relação a referentes “internacionais”, ou seja, teriam avançado no longo processo de nacionalização das tradições esquerdistas latino-americanas. A FA e o PT têm em seu seio setores que reivindicam o ideário marxista e em menor escala que recorrem a algum referencial externo de construção do socialismo. No entanto, essas são posições crescentemente minoritárias nessas organizações. O MAS, mesmo tendo recebido o apoio de militantes de origens diversas, é fruto das ações e reflexões mais recentes das esquerdas bolivianas em torno da síntese entre as tradições “clássicas” de esquerda e a questão dos povos originários e permanências e adaptações de suas tradições e formas sociais. Quanto aos socialistas chilenos, eles em grande medida se desfizeram ao longo da ditadura de seus referentes doutrinários mais rígidos e de sua aproximação com experiências do “socialismo real”. As forças políticas investigadas se caracterizaram nesse período pela independência, pluralidade e heterodoxia. Nesse sentido, estiveram abertas a uma diluição da identidade classista tradicional das esquerdas. Como exemplo, posso citar: a progressiva caminhada do PT e do PSCh de partidos operários a formações políticas dirigida à cidadania (sendo que o PSCh era a princípio definidamente marxista, orientação que o PT nunca abraçou oficialmente); os elementos étnicos do MAS; e o fenômeno de nacionalização da FA – crescente reivindicação das tradições políticas nacionais lidas numa chave progressista. Parece fora de dúvidas que tudo isso favoreceu o enfrentamento com a crise do marxismo e do bloco socialista – e ao mesmo tempo favoreceu a adaptação às mudanças societárias operadas na região.

Estruturas organizacionais mais fluidas

Um dado importante a ser analisado é que as forças políticas estudadas apresentam uma organização interna diversa tanto da forma-partido de massas quanto da forma-partido de inspiração leninista, apresentadas classicamente pelos partidos de esquerda (mesmo os sul-americanos). Refiro-me aqui ao caráter frentista

da FA, que passou de “frente de partidos” a uma configuração extremamente original de “partido-frente”, na qual partidos de longa história foram assumindo o papel de frações, sem perder de todo suas identidades próprias, agora subordinadas à identidade “frenteamplista”; à organização por tendências do PT e do PSCh; e ao caráter movimentista do MAS, dependente em suas origens da iniciativas de organizações sindicais. Essas estruturas mais fluidas e abertas (em comparação com as referidas estruturas partidárias “clássicas”) seriam mais adaptáveis às novas formas sociais em gestação em seus países nos últimos anos – recepções e adaptações das transformações pelas quais passou o capitalismo nessa última quadra histórica.

Democracia (representativa) na ordem do dia

Como parte decisiva na adaptação à nova sociabilidade que toma forma na região, as forças de esquerda e centro-esquerda analisadas apresentaram uma compreensão mais positiva da democracia em seus aspectos representativos. As esquerdas da região tradicionalmente valorizaram concepções e aspectos substantivos da democracia. No entanto, setores significativos dessas esquerdas vêm reconhecendo seus valores representativos, tirando vantagem do processo de redemocratização da região ao se adaptarem com êxito ao jogo democrático – o que pode ser demonstrado, por exemplo, pela crescente relevância parlamentar dessas forças políticas. Em alguns casos, a valorização desses aspectos procedimentais parece ter aumentado ao longo do período investigado – e aqui certamente a participação em governos locais deve ter colaborado com essa transformação. Já no caso do PSCh, a atuação institucional parece ter sido o valor central desde o princípio do período estudado.

É possível pelo momento apenas especular que essa valorização da democracia representativa por parte dos setores majoritários das esquerdas sul-americanas se combina ainda hoje em diferentes doses com concepções de democracia direta, descentralização, participação e auto-gestão. De certa maneira, tal questão está no cerne de algumas proposições alternativas que essas forças pretendem (ou podem efetivamente) desenvolver e defender. Nesse sentido, será interessante investigar dois fatores: a valorização por parte dessas organizações dos movimentos sociais e de suas relações com eles; e as experiências de participação e descentralização realizadas por elas em administrações locais. As relações próximas do PT e da FA e “diretas” do MAS com a sociedade civil organizada, bem como as experiências do PT, da FA e

do MAS em governos locais parecem ter algo a dizer acerca dessas questões⁶. Nesse sentido, é interessante observar até que ponto o PSCh, apesar de valorizar uma visão mais radical de democracia, na prática tem bloqueadas suas possibilidades de experimentá-la devido às limitações institucionais chilenas e às alianças às quais deve recorrer.

Alternativas ao neoliberalismo, adaptações do neoliberalismo

As forças políticas estudadas conseguiram se apresentar (ainda que em diferentes níveis) como uma alternativa às idéias e políticas neoliberais que vinham sendo defendidas e adotadas com diferentes intensidades nesses países. Nesse processo se colocaram como forças “alternativas”, “progressistas”, “à esquerda” do quadro partidário, e efetivamente foram guindadas ao poder como depositárias de um desejo difuso por “mudanças” – associado a essas forças políticas por suas diversas combinações de sensibilidade social, relação com setores organizados progressistas da sociedade civil, “novidade” e “reserva moral” e “ética” (DIRMOSE, 2005). Quando o neoliberalismo começou a apresentar sinais de crise na região – ainda que não se possa afirmar que ele esteja superado e que exista um modelo claro a substituí-lo –, abre-se uma janela de oportunidade para as forças de esquerda que, associadas em maior ou menor escala a uma visão crítica do neoliberalismo, viram seu caminho ao poder definitivamente facilitado.

Provavelmente a pesquisa mostrará que em alguns casos a tolerância por parte das forças estudadas para com as reformas implantadas na região ao longo dos anos 1990 aumentou durante o período estudado. O PT e a FA moderaram suas críticas – traço notado com menos intensidade no MAS. O PSCh nunca ultrapassou os limites programáticos da Concertação, mas sempre apresentou nuances e visões distintas (em relação a seus companheiros de aliança). No entanto, todas essas forças políticas, de alguma maneira, propuseram mudanças em suas sociedades, ainda que em alguns casos mais limitadas a cada eleição – e é razoável supor que em nome delas foram eleitas. Aqui, mais uma vez, a relação substantiva com os movimentos sociais deve

6 Para a participação recente das esquerdas latino-americanas em governos locais, cf. CHAVEZ, GOLDFRANK, 2004. Para a relação dessas esquerdas com os movimentos sociais, cf. MIRZA, 2006. Para ambos os temas, cf. DAGNINO, OLVERA, PANFICHI, 2006.

ter seu peso. Proponho que essa relação mais orgânica permitiria uma posição mais alternativa em relação ao neoliberalismo – e aqui o MAS poderia ser o exemplo mais bem acabado.

Os fatores analisados acima se mostram em diferentes dimensões e formas nos diversos casos nacionais, e certamente há casos excepcionais que se enquadram de maneira mais problemática a algum deles. Mas considero que, tomados em conjunto, tais fatores podem reunir razoável poder explicativo da trajetória seguida por essas forças políticas até o poder central em seus respectivos países. As características estudadas em muitos casos parecem ter se acentuado ao longo do tempo (o que justifica o recorte diacrônico), fazendo dessas forças alternativas viáveis, ou seja, atores “confiáveis” para amplos setores da sociedade, partícipes “leais” do jogo político. Num movimento adaptativo marcado por apropriações, adaptações, criações e abandonos, e, em diversos aspectos, aparentemente dúbio e contraditório, as forças políticas analisadas mantiveram o domínio (ou mesmo monopólio) do espaço à esquerda em seus sistemas políticos, ao mesmo tempo em que se mostraram alternativas reais de poder. Tudo isso se deu em meio a uma conjuntura marcada por mais fatores desfavoráveis que favoráveis.

Proponho aqui um modelo que pode ajudar a compreender essa trajetória que levou à vitória “na crise”. Mas ao mesmo tempo, tal modelo pode levantar diversas questões acerca das crises internas que se seguiram a tais vitórias na maioria dessas organizações, e das dificuldades enfrentadas na compatibilização entre programas transformadores e graves limitações políticas e institucionais. Na aurora do século XXI, as esquerdas seguem caminhando pelo fio da navalha, buscando resolver seu essencial dilema entre reforma e revolução, adaptação e transformação.

Bibliografia

- BOBBIO, N. *Direita e esquerda – razões e significados de uma distinção política*. São Paulo, Unesp, 1995.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. *El nuevo espíritu del capitalismo*. Madri, Akal, 2002.
- BORON, A. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.
- CAVAROZZI, M. “Elementos teóricos para el análisis contemporáneo de los partidos políticos: un reordenamiento del campo semântico”. In: CAVAROZZI, M.; MEDINA, J. M. A. (comps.). *El asedio a la política. Los partidos latinoamericanos en la era neoliberal*. Rosário, Homo Sapiens, 2002.

- _____ ; CASULLO, E. "Introducción". In: CAVAROZZI, M.; MEDINA, J. M. A. (comps.). *El asedio a la política. Los partidos latinoamericanos en la era neoliberal*. Rosário, Homo Sapiens, 2002.
- CHAVEZ, D.; GOLDFRANK, B. (eds.). *La izquierda en la ciudad – participación en los gobiernos locales de América Latina*. Barcelona, Icaria, 2004.
- DAGNINO, E.; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A. (orgs.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo, Paz e Terra, 2006.
- DIRMOSER, D. "Democracia sin demócratas – sobre la crisis de la democracia en América Latina". In: *Nueva Sociedad*, n. 197, 2005.
- GARCIA, M. A. "Pensar a terceira geração da esquerda". In: FORTES, A. (org.). *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo, Ed. Perseu Abramo, Chapecó, Argos, 2005.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo, Unesp, 1991.
- MIRZA, C. A. *Movimientos sociales y sistemas políticos en América Latina*. Buenos Aires, CLACSO, 2006.
- ROBERTS, K. "El sistema de partidos y la transformación de la representación política en la era neoliberal latinoamericana". In: CAVAROZZI, M.; MEDINA, J. M. A. (comps.). *El asedio a la política. Los partidos latinoamericanos en la era neoliberal*. Rosário, Homo Sapiens, 2002.
- SANTANA, M. A. "Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990". In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. (orgs.). *O Brasil republicano – vol. 4, o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- SERNA, M. *Reconversão democrática das esquerdas no Cone Sul – trajetórias e desafios na Argentina, Brasil e Uruguai*. Bauru, EDUSC, 2004.
- WAGNER, P. (2004). *A sociology of modernity: liberty and discipline*. Londres, Nova Iorque: Routledge, 2004.
- YAFFÉ, J. *Al centro y adentro. La renovación de la izquierda y el triunfo del Frente Amplio en Uruguay*. Montevidéo, Librería Linardi y Risso, 2005.

Cronologia do processo editorial

Recebimento da comunicação: 31-mar-2008 | **Envio ao avaliador:** 14-abr-2008 | **Recebimento da avaliação:** 19-abr-2008 | **Envio para revisão do autor:** 27-abr-2008 | **Recebimento da comunicação revisada:** 3-mai-2008 | **Acete:** 7-mai-2008.